



REQUERIMENTO
(Do Sr. EDINHO BEZ)

Requer a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos federais aplicados em obras inacabadas e também daquelas em execução no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 29 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos federais aplicados em obras que se encontram inacabadas e também daquelas em execução no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

JUSTIFICAÇÃO

A existência de obras inacabadas gera prejuízos ao País sob todos os aspectos: a) desperdiça recursos públicos com a má utilização, deterioração ou perda de parcelas já executadas, b) leva a Administração a incorrer em despesas necessárias à preservação de instalações, sempre sujeitas à depredações e intempéries e, c) acima de tudo, frustra a população que não pode usufruir dos benefícios planejados para o empreendimento.



Tais problemas, infelizmente, não são novos, pelo contrário, são recorrentes, nada obstante os vários esforços já empreendidos com o objetivo de minimizá-los.

O Relatório “O Retrato do Desperdício no Brasil”, por exemplo, apresentado em novembro de 1995 pela Comissão Temporária do Senado Federal destinada a inventariar as obras inacabadas custeadas com recursos federais, chocou o País ao apontar a existência de 2.214 obras inacabadas com gastos estimados em mais de R\$ 15,00 bilhões.

O TCU, em 2007, por meio do Acórdão nº 1.188/2007 – Plenário, identificou 400 obras inconclusas, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Cidades, Ministério das Comunicações, Ministério do Turismo e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Das 400 obras inconclusas apontadas pelo TCU, no valor aproximado de R\$ 3,5 bilhões, 130 eram executadas diretamente pelo Governo Federal e as outras 270 executadas por estados e municípios, mediante recursos federais transferidos.

Não muito distante, em dezembro de 2011, a Controladoria-Geral da União -CGU divulgou contundente relatório de auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) revelando prejuízos ao erário da ordem de R\$ 312 milhões na contratação e execução de obras sob a responsabilidade daquela Autarquia.¹

O Jornal O Estado de Minas, na edição eletrônica do último dia 25/2/2013,² estampou a manchete “*Ferrovia do Aço é símbolo do desperdício e das obras inacabadas em Minas*”, o que mostra a atualidade e importância do tema.

Ferrovia do Aço é símbolo do desperdício e das obras inacabadas em Minas

¹ Relatório de Auditoria Especial nº 00190.024902/2011-11. Disponível em: http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/2434_%20DNOCS_Relatorio%20auditoria%20especial_De%20z-2011.pdf. Acesso em 23/4/2013

² Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/02/25/interna_politica,352743/ferrovia-do-aco-e-simbolo-do-desperdicio-e-das-obras-inacabadas-em-minas.shtml.. Acesso em 23/4/2013



Prevista para ser concluída há quatro décadas. A União não consegue sequer comprador para terreno de 50 hectares na RMBH

Daniel Camargos

Ícone das obras abandonadas, a Ferrovia do Aço fincou as raízes do desperdício no trecho entre Nova Lima, Belo Horizonte e Sabará, com túneis e pilares de viadutos construídos na década de 1970 e que nunca foram utilizados. Como a promessa era de que a linha seria concluída em menos de três anos, ela foi apelidada de Ferrovia dos Mil Dias. Ninguém quis ficar com a herança do governo militar. Em dois leilões para vender parte do terreno com as obras inacabadas nenhum comprador fez oferta. O Estado de Minas publica desde ontem reportagens sobre pontes, viadutos e estradas abandonadas que prejudicam os moradores de seu entorno e ilustram o desdém com que o dinheiro público é tratado.

Acrescente-se a esses elementos o fato de o País ter elevado substancialmente, nos últimos anos, o valor dos investimentos produtivos, que passaram de R\$ 117,5 bilhões, em 2009, para R\$ 186,9 bilhões, no projeto de lei orçamentária para 2013 (crescimento de 59%), dos quais R\$ 126,3 bilhões pertencem ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, circunstância que potencializa a possibilidade de novas paralisações.

Diante desse contexto e da gravidade e repercussão do problema, reputo imprescindível que esta Comissão crie subcomissão com o propósito de identificar os empreendimentos mais relevantes que se encontram paralisados, as principais causas e eventuais responsáveis pelas paralisações, de forma a contribuir, se possível, para a retomada desses empreendimentos assim como para evitar outras ocorrências da espécie, sobretudo das obras integrantes do PAC ora em execução.

Sala das Reuniões, em

DEPUTADO EDINHO BEZ